



Processo nº: 2.591/00

Apenso nº: 113.008.932/98

Origem: Departamento de Estradas de Rodagem – DER/DF

Assunto: Tomada de Contas Especial

Órgão Técnico: Secretaria de Contas

MP: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Sessão: Pauta nº 75, S.O. nº 4555, de 6.11.2012

Publicação: DODF nº 222, de 1.11.2012, pág. 36

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades pelos pagamentos efetuados, a título de proventos de aposentadoria ao servidor Lauro de Oliveira, uma vez que a inativação lastreou-se em tempo de serviço comprovado de forma fraudulenta (certidão falsa do INSS). O CONTROLE INTERNO promoveu a inscrição do débito atribuído ao servidor em dívida ativa. NO TRIBUNAL foi determinada a citação do responsável e o retorno dos autos à então 3ª ICE para fosse revisto o cálculo do valor pago indevidamente (Decisão nº 5.124/02-CJC). Apresentação de defesa. Improvimento da resposta oferecida e notificação do responsável para recolher o valor de R\$ 372.220,58 (Decisão nº 6.456/03-CJC e Acórdão nº 216/03). Interposição de Recurso. Sustentação oral realizada em 29.6.2004 e juntada de memorial. Determinação para realização de inspeção junto ao DER/DF (Decisão nº 4.337/04-CSPM). Improvimento do apelo e determinação para desconto do débito em folha de pagamento (Decisão nº 4.514/04-CRCC). Requerimento do inativo solicitando o sobrestamento dos descontos efetuados em sua folha de pagamento até o deslinde das questões cuidadas no Processo nº 9.223/09. Inicialmente a Instrução sugeriu o deferimento da solicitação e o Ministério Público o indeferimento. Remessa dos autos à Secretaria de Contas para análise de suas sugestões em virtude do arquivamento do Processo nº 9.223/09 (Despacho Singular nº 263/12-CSPM). Novo pronunciamento da Instrução e do Ministério Público. PARECERES CONVERGENTES: indeferimento do pedido. VOTO de acordo com os Pareceres.



RELATÓRIO

Iniciaram-se os autos com a Decisão nº 4.107/98 no Processo nº 1.279/1993 que cuida da concessão de aposentadoria a LAURO DE OLIVEIRA, servidor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/DF). Para a referida concessão fora computado tempo de serviço prestado à atividade privada, comprovado mediante **certidão do INSS que se revelou materialmente falsa**.

2. O Tribunal, ao considerar **ilegal** a inativação em causa, determinou a adoção de providências para a regularização da situação do servidor (Decisão nº 4.107/98-CJMF, fls. 112 do processo apenso).

3. Após o devido Processo Administrativo Disciplinar foi instaurada Tomada de Contas Especial (fls. 169 do processo apenso), que concluiu pela responsabilização do Sr. Lauro de Oliveira relativamente ao prejuízo de R\$ 120.274,81, decorrente da soma dos proventos de aposentadoria por ele recebidos (fls. 232 do processo apenso).

4. O Controle Interno, conforme consta do Certificado de Auditoria nº 042/2001-GETEC, de 14.9.01 (fls. 262 do processo apenso), promoveu a inscrição da responsabilidade.

5. Em decorrência de determinação do Tribunal (Decisão nº 5.124/2002-CJC, fls. 51) foram refeitos os cálculos do montante pago indevidamente e promovida a citação do responsável.

6. Por meio da peça de fls. 73, o Sr. Lauro de Oliveira apresentou a suas razões de defesa.

7. Na Sessão de 20.11.03, o Tribunal, acolhendo Voto do Conselheiro JORGE CAETANO, proferiu a Decisão nº 6.456/03 (fls. 136), nos termos abaixo:

DECISÃO 6.456/03

“O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da defesa e anexos, fls. 93/119, apresentada por Lauro de Oliveira, em face das Decisões nºs 5124/2002, item III, e 3665/2003, fls. 51 e 91, para, no mérito, considerar improcedentes os argumentos aduzidos; b) da Informação nº 138/2003; II - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; III - notificar o servidor Lauro de Oliveira para, no prazo de 30 (trinta) dias, promover o recolhimento do valor de R\$ 372.220,58 (trezentos e setenta e



dois mil, duzentos e vinte reais e cinqüenta e oito centavos), atualizado até o exercício de 2003, procedendo-se nova atualização até a data do efetivo pagamento, nos termos da Emenda Regimental nº 13/2003 -TCDF, correspondente ao prejuízo apurado na Tomada de Contas Especial de que trata o Processo nº 113.008.932/98; IV - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para a adoção das providências cabíveis.”

8. Foi, então, lavrado o Acórdão nº 216/2003 (fls. 137).
9. Promovida a notificação regimental, o responsável interpôs o recurso de fls. 139, acompanhado dos documentos de fls. 140/154, no qual solicitou que lhe fosse concedida a oportunidade de sustentar oralmente as suas razões.
10. Na Sessão de 29.6.2004, foram ouvidas as razões do recorrente e concedido prazo de 5 (cinco) dias para a juntada do memorial (Decisão nº 2.863/04-APM, fls. 168).
11. Na sequência os autos foram encaminhados, por meio de Despacho datado de 6.7.2004 (fls. 194), ao douto Ministério Público para que pudesse se manifestar.
12. Na Sessão de 28.9.2004, conduzi a Corte a exarar a Decisão nº 4.337/04-CSPM (fls. 216) determinando a realização de inspeção especial junto ao DER/DF, com vista a verificar, caso a caso, todos os processos em que foi apurada a utilização de certidões materialmente falsas.
13. Realizada a inspeção, Votei no sentido de que o Tribunal desse provimento ao apelo. Contudo, a Corte, acolhendo Voto do Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, proferiu a Decisão nº 4.514/05 (fls. 285), assim redigida:

DECISÃO Nº 4514/2005

*“O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que tem por fundamento a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado da inspeção determinada pela Decisão nº 4337/2004 (fls. 216), expressa na instrução (fls. 224/255); II - **negar provimento ao recurso** (fls. 139/154), impetrado pelo servidor nomeado no § 110 (fls. 253) da instrução, mantendo os termos da Decisão nº 6456/2003 (fls. 136) e o respectivo Acórdão nº 216/2003 (fls. 137); III - **autorizar o DER-DF a efetuar o desconto parcelado na folha de pagamento do Sr. Lauro de Oliveira**, inclusive sobre os proventos a serem auferidos, caso se aposente, do valor de R\$ 444.059,45 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, cinqüenta e nove reais e quarenta e cinco centavos),*



atualizado até 06/04/05, procedendo-se novas atualizações até a data do efetivo pagamento, nos termos da Portaria TCDF nº 212/2002, correspondente ao prejuízo apurado na Tomada de Contas Especial de que trata o Processo nº 113.008.932/98; IV - determinar ao DER-DF que: a) no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao Tribunal os Processos TCDF nºs 2767/93 e 5051/92, com o cumprimento das diligências neles prescritas; b) informe no demonstrativo de que trata o art. 14 da Resolução TCDF nº 102/98 sobre os descontos efetivados, relativamente ao item III supra; V - dar ciência à 4ª ICE do teor desta deliberação, a fim de que se proceda ao acompanhamento do item IV-a, supra; VI - autorizar: a) o retorno dos autos à 3ª ICE para fins de arquivamento; b) a devolução ao DER-DF do Processo nº 113.008.932/98. Vencido o Relator, que manteve o seu voto, no que foi acompanhado pelo Conselheiro JACOBY FERNANDES.”

14. Objetivando atender a deliberação suso transcrita, o DER/DF remeteu ao Tribunal o Ofício nº 1.125/05-GDF/DER/DF (fls. 290), acompanhado dos documentos de fls. 291/299.

15. Na derradeira apreciação destes autos, o Tribunal, exarou a Decisão nº 3.283/2006 (fls. 320), **in verbis**:

DECISÃO Nº 3283/2006-CSPM (fls. 320)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 1125/2005-GDG/DER-DF e anexos (fls. 290/299) e dos documentos de fls. 300/305; II. informar ao DER/DF que o resultado da deliberação expressa no item IV-b da Decisão n.º 4.514, de 30.8.05 (fls. 285), deve ser encaminhado junto com a prestação de contas anual da autarquia, até a efetivação total do ressarcimento aos cofres públicos, conforme estabelece o art. 14, c/c o art. 15 da Resolução/TCDF nº 102, de 15/7/98; III. retornar os autos à 3ª ICE, para cumprimento do item VI-a da Decisão nº 4.514/05.”

16. Em 13.10.2011, o Sr. Lauro de Oliveira, por intermédio do requerimento de fls. 324/328, solicitou o sobrestamento dos descontos que ocorrem mensalmente em sua folha de pagamento.

17. Por meio do Despacho Singular nº 263, de 24.7.12, remeti os autos à Secretaria de Contas. Transcrevo, abaixo, o teor do mencionado Despacho:

“Nesta fase processual, cuidam os autos de requerimento formulado pelo Sr. Lauro de Oliveira, visto às fls. 324/328, por meio do qual este postula o sobrestamento dos descontos



ordenados até o deslinde das questões cuidadas no Processo nº 9.223/2009¹.

2. Registra o requerente que a Corte deferiu o sobrestamento requerido aos Srs. Miguel Farah (Decisão nº 1.377/2010-CSPM²) e Orlando Moraes (Decisão nº 6.030/2010-CRCC³).

3. A Instrução sugere que o Tribunal “determine ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que suspensa o ressarcimento efetuado pelo Sr. Lauro de Oliveira, até ulterior Decisão desta Corte de Contas, no âmbito do Processo nº 9.223/09”

4. O Ministério Público, divergindo do Corpo Técnico, opina pelo indeferimento do requerimento formulado pelo Sr. Lauro de Oliveira.

5. Em consulta efetuada no sítio desta Corte (Acompanhamento Processual), colhe-se a informação de que o Processo nº 9.223/2009 foi arquivado em 22.3.2012, sem qualquer decisão de mérito. Tal situação reclama informações complementares do Corpo Instrutivo acerca da matéria.

Nessas circunstâncias, remeto os autos à Secretaria de Contas, para que, revendo suas ponderações, junte aos autos informações necessárias com vistas ao correto deslinde da postulação em questão.”

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

18. Em novo pronunciamento de fls. 358/360, a Instrução sugere a improcedência do pleito do Sr. Lauro de Oliveira, ponderando que:

“3. Em apertada síntese, consta dos autos que ao Sr. Lauro de Oliveira foi imputado o débito de R\$ 372.220,58 (trezentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos), por meio da Decisão nº 6456/03 e do Acórdão nº 216/2003 – TCDF (fls. 136/137). A referida quantia estava sendo

¹ O Processo nº 9.223/2009 cuida de Representação Conjunta nº 001/2009-IMF, subscrita pelos membros do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, nos termos da qual impugnam disposições das Leis locais nºs 4.288/2008 e 4.291/2008. Os autos se encontram arquivados desde 22.3.2012.

² Decisão nº 1.377/2010-CSPM proferida no bojo do Processo nº 27.406/06: “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) da defesa apresentada pelo Sr. Miguel Farah de fls. 204/216, em face do inciso II da Decisão nº 7.386/08; b) dos documentos de fls. 231/284; II. sobrestar a análise de mérito da defesa oferecida, até o deslinde do Processo nº 9.223/09; III. dar ciência desta decisão ao interessado; IV. determinar o retorno dos autos à 3ª ICE, para adoção das providências devidas.”

³ Decisão nº 6.030/2010-CRCC, proferida no bojo do 27.414/06: “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos expedientes de fls. 265/267, 276/280, 292/345, 347/359 e 380/381; II - autorizar o sobrestamento da análise de mérito da TCE, até deslinde da Ação Judicial de nº 2005.01.1.053454-6 e do Processo TCDF nº 9.223/2009; III - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para acompanhamento dos processos em comento. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 134, inciso II, do CPC.”



devidamente paga, mas em decorrência da publicação da Lei nº 4.288/2008¹, o requerente solicitou junto ao DER a remissão dos seus débitos e a suspensão dos descontos, mas o pleito não foi atendido. Resolveu, então, requerer junto a esta Corte o mencionado benefício (fls. 324/328).

4. Asseverou o aludido senhor junto a esta Corte que dois outros servidores do DER, em casos análogos, tiveram seus débitos sobrestados até o deslinde da matéria tratada nos autos nº 9223/2009² e na ação judicial nº 2005.01.1.053454-6, são eles: o Sr. Miguel Farah³ e o Sr. Orlando Moraes⁴.

ANÁLISE

5. A Decisão nº 6117/2011 (fls. 349/350), de 29/11/2011, proferida no Processo nº 12283/2009, no qual encontrava-se em apenso o Processo nº 9223/2009, considerou que o Projeto de Lei que originou a Lei nº 4.288/2008 não apresentou justificativa clara, necessária e suficiente à concessão de benefício ou incentivo fiscal. Após a Decisão, ambos os processos foram arquivados, por inexistirem providências adicionais a serem adotadas.

6. Em relação à Ação Judicial nº 2005.01.1.053454-6, verificamos que a mesma já foi julgada, tendo como decisão a conversão da ação para EXECUÇÃO DE SENTENÇA, em 19/03/2012, alterando o pólo, sendo o exequente Distrito Federal e o executado Orlando Moraes. Em 25/07/2012, o débito foi quitado e julgada extinta a execução (fls. 351/357).

7. Portanto, não cabe razão a solicitação do Sr. Lauro de Oliveira, visto que em ambos os casos, tanto no âmbito do Processo nº 9223/2009 e na Ação Judicial nº 2005.01.1.053454-6, não foi concedido o benefício da remissão de débitos.

8. Nessa linha, de acordo com os termos da Portaria nº 300/2011 (art. 2º, I, g), conjugada com a Portaria nº 43/2012 (art. 2º), compete a Assessoria Técnica e de Estudos Especiais – ATE, vinculada à Secretaria-Geral de Controle Externo, entre outros, “manter o registro e acompanhamento formal e o controle do recolhimento dos débitos e multas imputados pelo Tribunal”.

¹ Concede remissão dos débitos decorrentes da cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas, relativamente aos exercícios anteriores a julho de 2008, e dos créditos tributários relativos ao Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - Simples Candango, instituído pela Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, aos contribuintes que especifica e dá outras providências.

Art. 4º. São remidos os débitos de servidores dos Poderes do Distrito Federal, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou por ajuizar, constituídos pelo recebimento de parcelas remuneratórias, adicionais ou gratificações de qualquer natureza no período de 1991 a 2004.

² Trata das renúncias de receitas introduzidas nas Leis nºs 4.288/08 e 4.291/2008.

³ Processo nº 27.406/06 - trata de Tomada de Contas Especial para apurar os danos causados ao erário público, por valores indevidamente percebidos pelo servidor MIGUEL FARAH.

⁴ Processo nº 27.414/06 - trata de Tomada de Contas Especial para apurar os danos causados ao erário público, por valores indevidamente percebidos pelo servidor ORLANDO MORAIS.



9. Após as anotações cabíveis, a cargo da Secretaria-Geral de Controle Externo, e não havendo pendências outras, o Tribunal pode autorizar o arquivamento dos autos”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

19. O Ministério Público, por meio do Parecer nº 1439/12 da lavra da Dr^a. CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA (fls. 363/365), endossa as conclusões da Instrução. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

“4. Ocorre que, em 13/10/11, o interessado protocolizou requerimento pleiteando a suspensão do desconto do ressarcimento, nos mesmos termos concedidos aos Srs. Orlando Moraes e Miguel Farah, consoante Decisões 1377/10 e 6030/10, até o deslinde do Processo 9223/09, que cuida da Representação Conjunta 01/2009 sobre renúncia de receitas introduzidas pelas Leis 4288/08 e 4291/2008.

5. Assim, o Corpo Técnico, a respeito do requerimento, apresentou considerações e sugeriu ao Tribunal que determinasse a suspensão do ressarcimento efetuado pelo Sr. Lauro de Oliveira, até ulterior decisão da Corte, no âmbito do Processo 9223/09.

6. O MPCDF, por meio do Parecer 1839/2011-CF, divergiu do entendimento apresentado, nos seguintes termos:

9. Preliminarmente, oportuno destacar que o Processo 9223/09 encontra-se apenso ao 12283/09, onde, em 29/11/11, foi proferida a Decisão 6117/11, com o seguinte teor:

*O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da instrução, bem assim dos documentos de fls. 138/169, considerando atendida pela Secretaria de Fazenda dlo Distrito Federal a Decisão nº 4.227/2010; II - considerar, no que tange à necessidade de transparência da Administração Pública insculpida no art. 37, "caput", da CRFB, que, nos Projetos de Lei que originaram: **a) as Leis Complementares nºs 781/2008 e 811/2009, bem como as Leis nº 4.100/08, 4.187/08, 4.288/08, 4.289/2008, 4.290/2008 e 4.291/2008, não apresentaram justificativas claras, necessárias e suficientes a concessão de benefício ou incentivo fiscal;** b) as Leis nºs 4.242/2008 e 4.243/2008, apesar de apresentarem formalmente justificativas, estas não se mostraram suficientes à concessão de benefício ou incentivo fiscal; III - considerar que as Leis Complementares*



n^{os} 781/2008 e 811/2009, bem como as Leis n^{os} 4.100/2008, 4.242/2008, 4.243/2008, 4.287/2008, 4.289/2008, 4.290/2008, 4.291/2008, 4.339/2009 e 4.376/2009, não atenderam ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que: a) não observaram as exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o seu exercício; b) não demonstraram: i) o impacto orçamentário-financeiro da renúncia; ii) que o valor renunciado foi considerado na estimativa da receita ou que não afetaria as metas fiscais, indicando, alternativamente, medidas compensatórias, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; IV - reiterar ao Chefe do Poder Legislativo e ao Chefe do Poder Executivo os termos do item VII da Decisão n^o 5.884/2005 e do item V da Decisão n^o 1.616/2007, no sentido de alertar para a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, mormente ao art. 14, "caput", fazendo constar dos Projetos de Lei e respectivos Processos Legislativos os estudos de impacto orçamentário e financeiro para aquele exercício, e para os dois seguintes, bem como indicando as medidas de compensação que serão adotadas no caso de não se ter previsto a renúncia na LDO para aquele exercício; V - alertar, ainda, a Câmara Legislativa do Distrito Federal para que observe os ditames do art. 84, II, da Lei Complementar n^o 13/1996, escusando-se de inserir matéria estranha ao objeto do Projeto de Lei; VI - autorizar o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, tendo em conta a atuação da Promotoria de Defesa da Ordem Tributária; VII - dar ciência do resultado da auditoria ao Ministério Público Junto à Corte, em atenção à Representação n^o 3/2010-DA; VIII - autorizar o retorno dos autos à 1^a Inspeção de Controle Externo, para as providências de sua alçada. Vencida a Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que manteve o seu voto. Decidiu, mais, acolhendo proposição da representante do Ministério Público junto à Corte Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, mandar publicar, em anexo à ata, os relatórios/votos do Relator e da Revisora. (negritou-se)

10. Como se vê, a respeito da Lei 4288/08, que ampararia a pretensão do interessado, o TCDF, recentemente, deliberou que referida norma não apresentou justificativas claras, necessárias e suficientes a concessão de benefício ou incentivo fiscal.

11. Afora isso, os casos tidos como análogos são dos Srs. Miguel Farah e Orlando Moraes.

12. O primeiro deles é objeto do Processo 27406/06, onde a fase sobrestada é de análise da defesa, enquanto no



presente, desde 2005, houve a lavratura do acórdão e a imputação do débito.

13. Já o segundo é tratado no Processo 27414/06. Naqueles autos consta que o Sr. Orlando Moraes ajuizou a Ação Ordinária 2005.01.1.053454-6, onde em primeira instância, o Juiz julgou em parte procedente o pedido do Autor, apenas para declarar a inexistência do dever de ressarcir o erário. Irresignado, o autor apelou, mas o TJDF, por sua vez, negou provimento ao pedido. Posteriormente, o Sr. Orlando de Moraes interpôs recurso especial, cujo processamento restou indeferido, o que motivou agravo de instrumento junto ao STJ que, da mesma forma, negou seguimento. Assim, atualmente, o andamento do processo judicial, com data de 05/12/11, na Primeira Vara da Fazenda Pública do DF. é: "Recebidos os autos".

14. Nesse sentido, infere-se que no caso do Sr. Orlando Moraes houve decisão judicial favorável à inexistência do dever de ressarcir o erário, mas que só vale para a sua situação específica, pois a decisão judicial tem efeito inter partes.

15. Sendo assim, esta Procuradora opina pelo indeferimento do quanto requerido pelo Sr. Lauro de Oliveira.

7. Na sequência, o interessado requereu cópia dos autos, autorizada pela Corte, mediante Decisão Liminar 033/2011 – P/AT, referendada pela Decisão 32/2012.

8. Posteriormente, por meio do Despacho Singular 263/2012-CSPM, os autos retornaram ao Corpo Técnico, para análise das sugestões alvitadas na Informação anterior (fls. 331/334) pelo surgimento de novos elementos (arquivamento do processo 9223/09, em 22/03/2012, sem qualquer decisão de mérito).

9. Nesta feita, a Unidade Técnica assim se pronuncia:

5. A Decisão nº 6117/2011 (fls. 349/350), de 29/11/2011, proferida no Processo nº 12283/2009, no qual encontrava-se em apenso o Processo nº 9223/2009, considerou que o Projeto de Lei que originou a Lei nº 4.288/2008 não apresentou justificativa clara, necessária e suficiente à concessão de benefício ou incentivo fiscal. Após a Decisão, ambos os processos foram arquivados, por inexistirem providências adicionais a serem adotadas.

6. Em relação à Ação Judicial nº 2005.01.1.053454-6, verificamos que a mesma já foi julgada, tendo como decisão a conversão da ação para EXECUÇÃO DE SENTENÇA, em 19/03/2012, alterando o pólo, sendo o exequente Distrito Federal e o executado Orlando Moraes. Em 25/07/2012, o



débito foi quitado e julgada extinta a execução (fls. 351/357).

7. Portanto, não cabe razão a solicitação do Sr. Lauro de Oliveira, visto que em ambos os casos, tanto no âmbito do Processo nº 9223/2009 e na Ação Judicial nº 2005.01.1.053454-6, não foi concedido o benefício da remissão de débitos.

8. Nessa linha, de acordo com os termos da Portaria nº 300/2011 (art. 2º, I, g), conjugada com a Portaria nº 43/2012 (art. 2º), compete a Assessoria Técnica e de Estudos Especiais – ATE, vinculada à Secretaria-Geral de Controle Externo, entre outros, “manter o registro e acompanhamento formal e o controle do recolhimento dos débitos e multas imputados pelo Tribunal”.

9. Após as anotações cabíveis, a cargo da Secretaria-Geral de Controle Externo, e não havendo pendências outras, o Tribunal pode autorizar o arquivamento dos autos.

SUGESTÕES

Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento do Requerimento do Sr. Lauro de Oliveira, acostado às folhas 324/328, para no mérito, considerá-lo improcedente;

II. dê conhecimento ao Requerente da Decisão a ser proferida;

III. autorize:

a) a Secretaria-Geral de Controle Externo que proceda as anotações de sua alçada, em face do disposto na Portaria nº 300/2011 (art. 2º, I, g), conjugada com a Portaria nº 43/2012 (art. 2º);

b) após o cumprimento da providência anterior, o arquivamento dos presentes autos.

10. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer que, aquiesce às considerações da Unidade Técnica, reiterando integralmente o parecer anterior (1839/2011-CF).”

É o Relatório.



VOTO

20. Ao relatar estes autos, na Sessão de 30.8.05, votei pelo provimento do primeiro recurso do inativo, quando fiz as seguintes considerações:

“21. Naquela assentada de 28.9.2004, foi determinada a realização de inspeção junto ao DER/DF, com o fim de ser verificado “caso a caso, todos os processos em que foram apuradas, naquela Autarquia, a utilização de certidões, materialmente falsas”.

22. Apresentados os resultados da Inspeção determinada, tanto a Instrução quanto o Ministério Público, opinam pela improcedência do recurso interposto pelo Sr. Lauro de Oliveira, contudo, tenho posição diversa, como aliás já o demonstrei na citada Sessão realizada de 28.9.2004, conforme registrado acima.

23. A par dessas considerações, devo mencionar que quando da oitiva do recorrente, tive de sua pessoa excelente impressão, vi no Sr. Lauro de Oliveira uma pessoa humilde, de conhecimento limitado mas honesta, portanto, tendo em conta o que registrei acima, não consigo, antever razões jurídicas suficientes, para impor-lhe a obrigação de repor a astronômica quantia de R\$ 444.059,45 (fls. 223).

24. Permaneço com a minha anterior opinião de que o recorrente e seus colegas do DER-DF foram, em verdade, ludibriados pelo Despachante Francisco de Oliveira, persistindo válida a observação que fiz ao Colendo Plenário na Sessão de 28.9.2004, qual seja:

*Por tudo quanto dos autos consta, a meu sentir, os servidores do DER/DF foram vítimas de um inescrupuloso servidor aposentado do (ex) INAMPS, Sr. FRANCISCO DE OLIVEIRA que, intitulando-se “despachante”, com trânsito na repartição previdenciária (INSS) se propunha a “**agilizar**” a análise dos processos de certificação de tempo de serviço (sabidamente morosos). Contava, **no mínimo**, com a conivência de servidores da autarquia. Não fora isso, jamais poderia produzir contrafações tão perfeitas (formulários, carimbos, assinaturas, matrículas, etc. ...) como as que agenciou para seus incautos clientes. O que mais chama a atenção é que o beneficiário da certidão falsa, **de fato**, possuía documentos hábeis para comprovar tempo de serviço ou de filiação previdenciária (os quais foram entregues ao falsário) **tanto que o INSS possibilitou-lhe requerer, novamente, ditas certidões.***

25. Em casos como este, em que não se comprovou a má-fé, o Tribunal tem dispensado a reposição dos valores recebidos,



conforme orientação consubstanciada nas seguintes decisões: 1.581/02-CRR, 1.525/02-CRR, 3.743/02-CRR, 3.900/02-CRR 1.903/02-CRR, 3.611/02-CAS e 6.025/03-CJF. Referida orientação tem respaldo no Acórdão nº 109005-TJDFT, DJ de 14.10.1998, pág. 31; Acórdão TJDFT nº 2000.00.2002834-6, de 17.10.2000, Decisão do STF no RE 122202-6 e Parecer AGU/MF-05/98 (anexo do Parecer GQ-161, publicado no DOU de 9.9.1998)."

21. Entretanto, quedei-me vencido, pois prevaleceu o entendimento do Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pelo improvimento do apelo.

22. Agora, trata-se de nova intervenção do inativo, pleiteando o sobrestamento dos descontos que estão sendo efetuados em sua folha de pagamento, até o deslinde da matéria tratada no bojo do Processo nº 9.223/09.

23. No primeiro exame, a Instrução sugeriu o deferimento do pedido (Informação nº 209/11, fls. 331/334) e o Ministério Público opinou pelo indeferimento (Parecer nº 1839/11-CF).

24. Ante as dúvidas suscitadas em relação ao Processo nº 9.223/09, restituí os autos para novos esclarecimentos (Despacho Singular nº 263/2012, fls. 348).

25. No último exame, a Instrução, alterando o posicionamento anterior, propôs a improcedência do pedido (Informação nº 170/2012, fls. 358/360), no que foi seguida pelo Ministério Público (Parecer nº 1439/12-CF).

26. A posição que adotei no primeiro julgamento teve por base o entendimento do Tribunal de que não sendo comprovada a má-fé, não há que ser cobrada a reposição dos valores pagos indevidamente. Coerente com este posicionamento meu Voto seria pelo provimento da solicitação e pela suspensão dos descontos que vêm sendo efetuados na folha de pagamento do requerente. Entretanto, conforme ressalta a Instrução:

"5. A Decisão nº 6117/2011 (fls. 349/350), de 29/11/2011, proferida no Processo nº 12283/2009, no qual encontrava-se em apenso o Processo nº 9223/2009, considerou que o Projeto de Lei que originou a Lei nº 4.288/2008 não apresentou justificativa clara, necessária e suficiente à concessão de benefício ou incentivo fiscal. Após a Decisão, ambos os processos foram arquivados, por inexistirem providências adicionais a serem adotadas.



6. Em relação à Ação Judicial nº 2005.01.1.053454-6, verificamos que a mesma já foi julgada, tendo como decisão a conversão da ação para EXECUÇÃO DE SENTENÇA, em 19/03/2012, alterando o pólo, sendo o exequente Distrito Federal e o executado Orlando Moraes. Em 25/07/2012, o débito foi quitado e julgada extinta a execução (fls. 351/357).

7. Portanto, não cabe razão a solicitação do Sr. Lauro de Oliveira, visto que em ambos os casos, tanto no âmbito do Processo nº 9223/2009 e na Ação Judicial nº 2005.01.1.053454-6, não foi concedido o benefício da remissão de débitos."

Nessas circunstâncias, acolho os Pareceres e VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento do requerimento formulado pelo Sr. Lauro de Oliveira (fls. 324/328) para, no mérito, considerá-lo improcedente;

II. dê conhecimento da decisão que vier a ser proferida ao requerente;

III. autorize:

a) a Secretaria-Geral de Controle Externo que proceda as anotações de sua alçada, em face do disposto na Portaria nº 300/2011 (art. 2º, inciso I, alínea "g"), conjugada com a Portaria nº 43/2012 (art. 2º);

b) o arquivamento dos autos, após o cumprimento da providência anterior.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro, em Substituição (CDL)
Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).